

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE**

PRISCILLA DIAS MARTINS BORGES

**A MÚSICA EM PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DE
PEDAGOGAS E PEDAGOGOS**

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2023**



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Priscilla Dias Martins Borges

Matrícula: 20201090080068

Título do Trabalho: A música em perspectiva na educação infantil: A atuação de pedagogos e pedagogos.

Autorização - Marque uma das opções

1. (X) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção 2 ou 3, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
- () O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
- () Outra justificativa: _____

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia 03/02/2024
Local Data

Priscilla Dias Martins Borges
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

PRISCILA DIAS MARTINS BORGES

**A MÚSICA EM PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DE
PEDAGOGAS E PEDAGOGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia Bilíngue.

Orientador(a): Prof. Me. Germano Henrique Pereira
Lopes

**APARECIDA DE GOIÂNIA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732 Borges, Priscilla Dias Martins
A música em perspectiva na educação infantil: a atuação de pedagogas e pedagogos. / Priscilla Dias Martins Borges. - Aparecida de Goiânia, 2023.
36 f.

Orientador: Me Germano Henrique Pereira Lopes
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilingue, 2023.

1. Pedagogia. 2. Arte. 3. Música. 4. Educação infantil. 5. Formação musical do pedagogo. I. Título.

CDD 372.87

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – CRB 1/2746



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

PRISCILLA DIAS MARTINS BORGES

A MÚSICA EM PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E PEDAGOGOS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em Pedagogia Bilíngue** e desenvolvido na linha de pesquisa **Fundamentos dos Processos Educativos** sob orientação do Prof. Ms. Germano Henrique Pereira Lopes.

Aprovado em 13 de Dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Ms. Germano Henrique Pereira Lopes

(Presidente - orientador)

(assinado eletronicamente)

MA. Ruskaia Fernandes Mendonça

(Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Dr^a. Nilcéia Protásio

(Membro Externo)

Documento assinado eletronicamente por:

- **NILCEIA DA SILVEIRA PROTÁSIO CAMPOS, NILCEIA DA SILVEIRA PROTÁSIO CAMPOS - Outros - Ufg (01567601000143)**, em 08/02/2024 15:46:43.
- **Germano Henrique Pereira Lopes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/02/2024 18:28:01.
- **Ruskaia Fernandes Mendonca, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/02/2024 17:53:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 504329

Código de Autenticação: 24786d4e02



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, None, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, onde encontrei forças que me sustentaram ao longo desta jornada acadêmica. À minha mãe Geovercina, pelo cuidado, amor e apoio constante, sem os quais isso não seria possível. Aos meus filhos Gabrielly e Davi, que muitas das vezes estavam presentes na instituição, e é por eles que cheguei até aqui. Às minhas queridas amigas, Ewelly Glennya e Tatielly Barcelos, que nesses quatro anos estiveram comigo, foram momentos únicos. e TCC é dedicado a todos que de alguma forma, foram essenciais para minha conquista acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar minha imensa gratidão ao meu orientador, o professor Ms. Germano Lopes, pela orientação competente e rigorosa, paciência, atenção e apoio, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também a minha família, minha mãe Geovercina, por todo amor e carinho, em todos esses anos de minha existência; ao meu esposo Elizeu, que sempre me apoiou em minhas decisões; aos meus familiares especialmente, aos meus avós Juscelina e Jovelino; minha sogra Jailce pelo apoio e encorajamento ao longo dessa caminhada acadêmica, vocês foram minha força para seguir nesta jornada.

Às minhas amigas Ewelly Glennya e Tatielly Barcelos, pelo suporte, e momentos inesquecíveis compartilhados, que tornaram essa jornada memorável e mais leve.

Quero aqui expressar meus agradecimentos aos excelentes professores do curso de licenciatura em Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal Goiás, campus Aparecida de Goiânia, que compartilharam comigo seus conhecimentos e experiências ao longo dessa licenciatura.

Agradeço também a banca, Prof^o Dr^a Nilcéia Protásio e Prof^a Ma Ruskaia Fernandes por se disporem a participar deste momento incomparável e terem dedicado um tempo para examinar minha pesquisa, contribuindo assim para a melhoria do mesmo.

Agradeço a todos que de alguma forma se envolveram para a realização desta pesquisa.

Prefiro ser essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo
(Raul Seixas, Metamorfose Ambulante, 1973)

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir de reflexões sobre a presença da música na educação infantil e qual seus propósitos nessa etapa da educação básica. Esta pesquisa tem como objetivo principal refletir os impactos da utilização da música, como ferramenta metodológica, na atuação do pedagogo na educação infantil. Embora a música seja repleta de potencialidade, ela está sendo utilizada e explorada com o máximo de potencialidade em prol do desenvolvimento da criança? Para esta investigação foi feita uma revisão de literatura, a fim de se compreender como que outros pensadores vêem as questões relacionadas ao tema. Por fim, a análise desta pesquisa constata que a música tem importância significativa para a educação infantil na educação básica, uma vez que contribui para diversos aspectos do desenvolvimento da criança. Para que a prática docente seja bem-sucedida, é necessário que o pedagogo tenha bases sólidas de uma formação e vivência musical básica, a fim de promover uma inserção da música nesse contexto educativo com significados mais conscientes e direcionados.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia, Arte, Música, Educação Infantil, Formação Musical do Pedagogo.

ABSTRACT

This work emerged from reflections on the presence of music in early childhood education and its purposes in this stage of basic education. The main objective of this research is to reflect on the impacts of using music as a methodological tool in the work of educators in early childhood education. Although music is full of potential, is it being used and explored to its fullest extent for the child's development? For this investigation, a literature review was conducted to understand how other thinkers perceive the issues related to this topic. Finally, the analysis of this research confirms that music has significant importance for early childhood education in basic education, as it contributes to various aspects of child development. In order for teaching practice to be successful, it is necessary for educators to have a solid foundation in basic musical education and experience, in order to promote a more conscious and directed integration of music in this educational context.

KEY-WORDS: Pedagogy, Art, Music, Early Childhood Education, Musical Education for Educators.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	15
CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA- EDUCAÇÃO INFANTIL	22
CAPÍTULO 3- A FORMAÇÃO MUSICAL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA- ATUAÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

Foi só apenas em 2018, quando fui aprovada em um processo seletivo no Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida para o curso de licenciatura em Dança, que tive os meus primeiros contatos com a docência. Foi neste espaço que tive a oportunidade de cursar uma disciplina de música - Percepção e Estrutura Musical - sendo a primeira vez que tive contato com essa linguagem artística. Lá tive a oportunidade de vivenciar elementos da música como tempo, pulsação, ritmo, melodia entre outros.

Após dois anos dedicados ao curso de Licenciatura em Dança, tomei a decisão de migrar para o curso de Pedagogia Bilíngue no mesmo campus. Essa escolha foi motivada pela perspectiva de explorar novas oportunidades profissionais nessa área. No novo curso, tive a oportunidade enriquecedora de participar da disciplina "Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte: Música". Diferenciando-se da minha experiência anterior, essa disciplina adotou uma abordagem única ao explorar as relações entre a música e a cultura surda, além de abordar diversas metodologias em educação musical.

Durante o meu percurso educacional, diversos questionamentos e reflexões emergiram a partir das minhas observações das práticas e estruturas pedagógicas na educação básica. Ao longo dos últimos três anos, dedicando-me exclusivamente ao público infantil em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) públicos e escolas privadas de educação infantil, observei a utilização da música sem uma clara definição de objetivos e fundamentos.

Amplamente empregada nesses ambientes, a música, aos meus olhos, parecia ser utilizada, entre outras razões, como um elemento de entretenimento e, por vezes, como um mecanismo de controle, como por exemplo a utilização da música para momentos diários, para formação de filas, para organização, troca de atividade, rotina ou até mesmo para que as crianças se calem. Esta observação despertou minha curiosidade, uma vez que estudos destacam os inúmeros benefícios que a música proporciona em diversos aspectos da vida humana. Desde oferecer momentos de prazer até contribuir para benefícios cognitivos e terapêuticos, a música desempenha um papel multifacetado. Além disso, ela desempenha um papel crucial na promoção da criatividade e sensibilidade, características fundamentais para o desenvolvimento integral do indivíduo.

A arte, especificamente a Música, tem se inserido em alguns currículos escolares e vem, mesmo que lentamente, conquistando seu lugar. Como linguagem expressiva, fundamental no universo da criança, pois desenvolve a afetividade, a emoção, a linguagem, a psicomotricidade, a sociabilidade, a criatividade, a cognição e promove a alfabetização (Viera; Leão, 2004 *apud* Leão, 2015, p.51).

É reconhecido que a música desempenha um papel crucial na socialização e formação integral do indivíduo. No entanto, diante dessas constatações, surge a indagação: por que a música não é incorporada de maneira mais significativa na Educação Infantil? É importante esclarecer que neste trabalho não almejo realizar um levantamento quantitativo sobre o uso da música em um recorte específico. Baseio-me, ao invés disso, em uma abordagem empírica, fundamentada em minhas observações durante minha experiência docente.

A realidade é que a música ainda não ocupa o seu lugar de excelência. Percebe-se que sua utilização tem ganhado outras conotações no ambiente escolar. A escola, como local primordial nos processos formativos da maioria das pessoas, deveria ser o espaço em que a educação musical fosse oportunizada de forma sistematizada e com qualidade.

Mesmo com a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008, que traz a obrigatoriedade do ensino da arte/música como conteúdo, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nas instituições da Educação Básica, a situação brasileira ainda é distante do que se propõe a lei. A educação musical ainda tem desafios a vencer. Um deles é como a formação musical dos alunos da Educação Infantil é abordada. Quais os seus princípios? Quais os seus objetivos? Como ela se dá nesses contextos?

Com certeza, não é necessário ir muito longe para perceber a urgência de repensar a abordagem da música nessa etapa educacional. A música deve ser reconhecida como um elemento fundamental para a formação da criança, oferecendo diversas possibilidades de contextos e metodologias próprias e adequadas. É evidente que o sucesso da música nesse nível educacional está intrinsecamente ligado à formação dos pedagogos, que frequentemente são os responsáveis pela condução da formação musical na Educação Básica, especialmente na Educação Infantil.

Compreendendo essa necessidade, o propósito desta pesquisa é refletir sobre a prática atual da linguagem artística musical na Educação Básica, com ênfase na Educação Infantil, direcionando o olhar para a atuação do pedagogo. A pesquisa parte do pressuposto de que a formação e grande parte das experiências artístico-musicais das crianças são moldadas pelo ambiente escolar. Nessa etapa de ensino específica, o contato das crianças com a música muitas vezes ocorre por meio da ação prática do pedagogo.

Com base no tempo disponível para a elaboração deste trabalho, optei por adotar uma abordagem metodológica bibliográfica, de natureza qualitativa e reflexiva, em relação ao tema proposto. Assim, a pesquisa será fundamentada na análise crítica e reflexiva de estudos que abordam as interações entre o pedagogo e a música no contexto escolar da Educação Básica, especificamente na Educação Infantil. O objetivo é compreender e interpretar a realidade relacionada ao tema em estudo por meio da investigação e reflexão sobre a literatura existente.

Utilizarei como principal referencial teórico a professora Doutora Thaís Lobosque Aquino, Professora adjunta na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC/UFG). Além desta, utilizaremos outros autores tais como: Bellochio (2001); Bellochio e Garbosa (2014); Heter e Camargo (2020); Holler (2021); Leão (2015); Rocha e Marques (2021) e Tavares (2013).

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos, organizados da seguinte forma. No primeiro capítulo, será realizado um breve levantamento do processo histórico de construção da educação musical no Brasil, abrangendo desde o período colonial até os dias atuais. O objetivo é refletir sobre as transformações e direcionamentos que essa área experimentou ao longo do tempo. Pretende-se compreender as características presentes tanto na educação musical em si quanto na formação musical dos pedagogos.

No segundo capítulo, serão apresentados alguns dos impactos decorrentes de uma iniciação musical significativa no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil. Será explorado como a presença e a abordagem adequada da música na educação básica podem influenciar o desenvolvimento das crianças.

Por fim, no terceiro capítulo, o foco estará na formação musical do pedagogo. Serão discutidos aspectos relacionados à capacitação dos profissionais que desempenham papel crucial na introdução e condução da educação musical na Educação Básica, com especial ênfase na Educação Infantil. Este capítulo busca

corroborar os impactos discutidos anteriormente, destacando a importância da preparação dos pedagogos para uma atuação efetiva no campo da música na educação.

Este trabalho é de grande importância para a pesquisa, pois aborda uma questão relevante e atual no contexto educacional brasileiro: a presença e abordagem da música na Educação Básica, com ênfase na Educação Infantil, e o papel fundamental do pedagogo nesse processo.

CAPÍTULO 1- UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para entendermos os atuais processos de formação musical no contexto educacional atual, se faz necessário um entendimento dos processos históricos estruturantes da Educação Musical no Brasil, desde a invasão dos colonizadores portugueses às terras tupiniquins.

A chegada dos portugueses ao futuro território brasileiro não apenas trouxe exploradores, mas também diversos grupos com interesses variados. Entre esses grupos, destacavam-se os Jesuítas, integrantes da Companhia de Jesus, que buscavam realizar atividades missionárias por meio da educação e da edificação espiritual. Desde os primeiros momentos, os religiosos perceberam o poder cativante da música entre os nativos, tornando-se um importante elemento para a aproximação, comunicação e catequização dessas comunidades.

A atração que estes exerciam sobre os índios era notória, e expressa em diversos documentos dos cronistas da Companhia de Jesus, desde o início da sua atuação até o séc. XVIII. Em uma carta ao P. Simão Rodrigues, de 1552, o P. Nóbrega se refere ao efeito provocado por meninos índios que cantavam e tocavam instrumentos: "Os mínimos desta casa acostumavam cantar pelo mesmo tom dos Índios, e com seus instrumentos, cantigas na língua em louvor de N. Senhor, com que se muito atrainão os corações dos Índios..." (MNC, 1552 *apud* Holler, 2005, p.1133-1134).

Durante um extenso período, os Jesuítas exerceram considerável influência política, o que lhes permitiu estabelecer um sistema educacional robusto em toda a América colonizada. Conforme Lobosque (2007), é necessário notar que a missão dos Jesuítas não se limitava à tentativa de assimilar os povos autóctones aos padrões europeus de civilização. Além disso, buscavam realizar uma ação educacional e espiritual sobre a população dos primeiros assentamentos que surgiam na colônia. Nesse contexto, a educação era diferenciada, levando em consideração a origem de cada classe social.

Os portugueses da elite tinham uma educação mais diversificada e aprofundada. De acordo com Lobosque (2007), a formação educacional destes era baseada no método *Ratio Studiorum* (Estrutura de Estudos), criado por Inácio de Loyola¹ (1491-1556), que consistia em regras e práticas pedagógicas que deveria

¹ Inácio de Loyola (1491-1556) fundador da ordem religiosa companhia de Jesus, Inácio foi eleito o primeiro Superior Geral da Ordem, passando a viver em Roma (Itália). Dedicou-se à função preparando e enviando os jesuítas ao mundo todo, servindo à Igreja e escrevendo as Constituições

ser seguidas pelos jesuítas, sendo dividida em duas partes: o *studia superiora* e *studia inferiora*. A primeira era subdividida entre formações para o sacerdócio e para carreiras liberais. Para o sacerdócio eram ofertadas as disciplinas de filosofia, com exegese moral e casuística.

O segundo tipo de educação, denominado carreiras liberais, englobava disciplinas como filosofia e ciências exatas. Nessa modalidade, a estrutura curricular incluía, na primeira parte, matérias como retórica, humanidades e diferentes níveis de gramática (superior, média e inferior). Contudo, é importante destacar que esse ensino não era acessível a todos. Para indígenas e outros europeus, eram oferecidos apenas rudimentos de leitura, escrita, noções numéricas, preparação para o catecismo e aprendizado de ofícios e tarefas servis. O ensino destinado aos negros, quando ministrado pelos jesuítas, era bastante limitado. Além disso, as mulheres da época não tinham acesso ao ensino. No que diz respeito Tavares (2013).

Ana Palmiro Casimiro aponta que o sistema educacional do Brasil Colônia se voltava aos brancos portugueses filhos da elite, que recebiam uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Os demais portugueses teriam acesso, segundo a autora, apenas aos rudimentos: ler, escrever e contar. Fala também que para os índios e mestiços a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A esses ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo e para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos. E por outro lado, os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos (Tavares, 2013, p.97).

O alcance da influência dos jesuítas no Brasil se deu através das missões, que consistia em desbravar novas terras em busca da catequização e evangelização dos indígenas. Além disso, Holler (2005) afirma que era grande o interesse da coroa portuguesa sobre a atuação dos jesuítas, pois estes ocuparam e defenderam terras em disputa com a Espanha. O mesmo autor ainda complementa que “os jesuítas haviam ocupado toda a costa do Brasil, desde Belém do Pará até Laguna, em Santa Catarina, e haviam também estabelecido aldeias no interior da Amazônia”.

O sucesso dos jesuítas no âmbito educacional pode ser atribuído à significativa confiança das oligarquias locais na ordem religiosa. No entanto, esse

poder despertou desconforto no estado lusitano, uma vez que os jesuítas detinham considerável influência nos domínios econômico, político e ideológico na colônia.

Durante o reinado de D. José I (1750 a 1777), o ministro da monarquia portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, recebeu amplos poderes. Sob sua liderança, implementaram-se significativas reformas administrativas e educacionais no Brasil, conhecidas como reformas pombalinas. Essas mudanças tiveram impactos significativos na atuação dos Jesuítas. Uma das medidas notáveis foi a proibição do uso da língua geral ou língua mista, que era uma combinação da língua portuguesa com a língua tupi, sendo essa a forma como os jesuítas se comunicavam com os nativos.

No que diz respeito à expulsão dos jesuítas, conforme destacado por Rosa (2014), a partir de 1758, os ataques contra a Companhia de Jesus intensificaram-se. Em particular, um atentado contra D. José I ocorreu, levando o Marquês de Pombal a acusar todos aqueles que detinham poder e que eram percebidos como contrários aos interesses do Estado. Em virtude desses eventos, a Companhia de Jesus foi interrompida e os jesuítas foram expulsos no ano de 1759 por decisão do Marquês de Pombal.

Neste sentido Lobosque (2007), afirma que com a consumação da expulsão dos jesuítas, surgiram consequências prejudiciais, especialmente no contexto da educação formal nos moldes europeus. Isso se deve ao fato de que a grande maioria dos responsáveis por essa educação eram, justamente, os jesuítas. Para lidar com essa súbita e significativa demanda, a reforma pombalina permitiu que pessoas com pouca ou nenhuma qualificação ocupassem esses espaços deixados vazios. A consequência evidente foi a diminuição da qualidade do ensino na colônia.

Além disso, a reforma pombalina introduziu uma medida "não muito condizente com princípios católicos" na área pedagógica, uma vez que as instituições de ensino passaram a ser pagas. Isso resultou na elitização do ensino, tornando-o acessível apenas a uma parcela privilegiada da população.

Após a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa, que fugiram do avanço imperialista de Napoleão Bonaparte, observou-se um significativo progresso na educação formal, especialmente no nível superior. Nesse contexto, a nova sede do reinado português, estabelecida no Rio de Janeiro, passou a contar com orquestras, e foi construída a Capela Real. Nessa cidade, o padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), possivelmente o maior representante da música colonial

brasileira, exercia suas atividades. É importante ressaltar que, durante o período colonial, a música era muitas vezes associada a um trabalho braçal e, portanto, era frequentemente relegada a negros e mulatos.

Durante o período colonial, o aprendizado musical era comumente conduzido através da relação entre mestre e aprendiz. Nas instâncias ligadas à música sacra, o ensino era incumbido às Schola Cantorum. Já no período Imperial (1822-1889), mesmo com o surgimento de escolas públicas e do ensino de música, o acesso não era universal, sendo restrito às classes privilegiadas. A maior parte da população tinha acesso limitado ou nenhum acesso a essas oportunidades.

Nesse período, algumas leis começaram a ser promulgadas no campo da educação e da educação musical, delineando diretrizes e regulamentações para essas práticas no contexto brasileiro. No entanto, é relevante observar que, mesmo com a presença de instituições educacionais e normativas, a disparidade de acesso persistia, perpetuando desigualdades no âmbito educacional e musical.

Um exemplo foi a lei nº 5.692, que mudou a organização do ensino primário e secundário no Brasil. Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. A curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Já em relação ao ensino de música, foi sancionada a lei Couto Ferraz² em 1854, que incluiu noções de música e canto no currículo educacional, mas que mesmo assim, estas não tiveram um grande alcance. Segundo Álvares (2000 *apud* Castro e Siqueira, 2021, p.83), ao contrário do que ocorreu no período colonial, a educação musical ficou estagnada durante todo o período imperial no Brasil e, dessa forma, permaneceu até os primeiros anos da república, no início do século XX.

As ações mais relevantes no âmbito da educação musical com um alcance populacional mais amplo surgiram apenas no início do século XX, com a implementação e sistematização do Canto Orfeônico no Brasil. Este ganhou força e se consolidou no governo de Getúlio Vargas³ (1882-1954), com a implementação de leis e estruturas que favoreceram a prática orfeônica no país.

² Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886) - Ministro dos Negócios do Império, no Rio de Janeiro Couto Ferraz foi o administrador da educação pública no império.

³ Getúlio Dornelles Vargas foi o ex-presidente do Brasil que governou no ano de 1930 até 1945, essa época ficou conhecida como era Vargas, onde conhecido uma época de ditadura e depois regressou ao poder no ano de 1951 sendo eleito democraticamente, mas este mandato acabou no ano de 1954 pois o mesmo cometeu suicídio.

O Canto Orfeônico, de forma geral, é uma prática coral em grupo que surgiu no séc. XIX na França. No século seguinte, no Brasil, já havia notícias de um grupo orfeônico na Escola Normal de São Paulo e do famoso Orfeão Piracicabano dirigido pelo maestro Fabiano Lozano, mas foi com Heitor Villa-Lobos⁴ (1887 -1959) que ele ganhou projeção.

Com o objetivo de promover uma educação musical nas escolas, após uma viagem à Europa, onde se estabeleceu por alguns anos, Villa-Lobos encantou-se com os novos métodos de ensino musical que estavam surgindo naquele período. Um deles foi o método criado por Zoltán Kodály (1882-1967), educador Húngaro que defendia a utilização do canto coral com elementos folclóricos-culturais de sua terra, além de um forte apelo nacionalista. De volta ao Brasil, inspirado em Kodály, a educação musical foi focada no canto coral, este ganhou popularidade e teve um papel importante para a formação musical da população.

Getúlio Vargas, valendo-se do imenso sucesso que o projeto alcançou no Brasil, por vezes lotando estádios de futebol, com o maestro Villa-Lobos regendo milhares de crianças, utilizou-o como uma ferramenta de propaganda política para promover seu governo. Essa iniciativa foi permeada por um elevado teor de patriotismo e civismo, destacando elementos que fortaleciam a identidade nacional e reforçavam a imagem do governo de Vargas.

Foi nesse cenário que Villa-Lobos introduziu a prática Orfeônica nas aulas de ensino secundário, sendo oficializada pelo decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que estabeleceu as diretrizes para o ensino da música nos três primeiros anos do ensino secundário. Em 1932, Anísio Teixeira (1900-1971) fundou a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). No mesmo ano, Villa-Lobos assumiu a direção da SEMA, permanecendo nesse cargo até 1944. Durante seu período de liderança, ele estabeleceu diretrizes importantes para a prática do canto orfeônico, incluindo a criação de cursos para a formação de professores nessa área.

[...] somente no início da década de 1930 que o ensino de canto orfeônico se tornou oficialmente uma disciplina obrigatória no ensino secundário, mais especificamente para o curso ginasial, graças à atuação de Villa-Lobos junto ao governo Brasileiro, que além de apresentar as diretrizes do ensino do Canto Orfeônico na escola, preocupou-se com a formação de professores qualificados para tal empreitada. (Lemos, 2005 *apud* Aquino, 2007, p.24).

⁴ Heitor Villa-Lobos (1887-1959) foi um compositor brasileiro. Foi também, maestro, violoncelista, pianista e violonista.

Quanto à formação de professores para a implementação do método no país, foram necessárias diversas ações para atender à demanda, uma vez que o número de profissionais capacitados era insuficiente. Nesse sentido, em novembro de 1942, por meio do decreto-lei nº 4.993, foi criado o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Este conservatório tinha como objetivo oferecer cursos de música e canto orfeônico, incluindo cursos emergenciais de curta duração. Essa iniciativa foi fundamental para a época, contribuindo significativamente para a formação e qualificação de professores envolvidos nesse método educacional.

A prática política de rompimento com ações e imagens de governos anteriores não é uma novidade. Na década de 1960, com a ascensão dos militares ao poder, foi decretada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61, que estabeleceu os primeiros contatos com as artes, resultando na extinção do canto orfeônico. Posteriormente, foi promulgada a LDB nº 5692 de 1971, que definiu as normas para o ensino primário e secundário. No que diz respeito à disciplina de Educação Artística no ensino básico, esta lei, em seu artigo sétimo, determinou a obrigatoriedade de sua implementação.

Dessa maneira, a prática docente em arte tornou-se polivalente, exigindo que o professor fosse capacitado em diversas linguagens artísticas, incluindo Artes Plásticas, Artes Cênicas, Desenho e Música. Essa mudança, trazida pela Lei nº 5692/71, implicou em significativos desafios e transformações nos componentes curriculares das artes. O maior impacto, sem dúvida, recaiu sobre a formação do professor de arte, que passou a ser incumbido de lecionar nas quatro linguagens artísticas. No entanto, na prática, não era incomum que a ênfase recaísse principalmente nas Artes Plásticas/Visuais, enquanto as outras linguagens eram quase que excluídas do cenário educacional.

A Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de Educação Básica, especialmente nos Anos Iniciais. Esta legislação representa, sem dúvida, um dos principais avanços recentes para a universalização da educação musical no Brasil. Contudo, a implementação de seus propósitos enfrenta significativos desafios.

É relevante mencionar que o artigo 2º da lei, que previa a obrigatoriedade do ensino de música por professores específicos da área, foi vetado presidencialmente. A legislação é específica para a educação básica, deixando sem respaldo em

relação às possibilidades educacionais em música. Essa lacuna representa um desafio a ser superado na promoção efetiva da educação musical desde as etapas iniciais da Educação Básica.

Compreendemos que, nos dias atuais, mesmo com a música sendo uma disciplina obrigatória nas escolas públicas, é essencial repensar a maneira como ela é abordada na Educação Básica, especialmente nos anos iniciais. Para garantir uma educação musical de qualidade, é imperativo reconsiderar a formação dos pedagogos, capacitando-os com técnicas, práticas e metodologias específicas da área da educação musical.

Isso implica na necessidade de proporcionar aos pedagogos uma formação acadêmica específica nas áreas de artes e suas linguagens. Dessa forma, eles estarão mais bem preparados para transmitir conhecimentos musicais de maneira eficaz, promovendo experiências enriquecedoras e significativas para os alunos desde os primeiros anos da Educação Básica.

CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA-EDUCAÇÃO INFANTIL

A música desempenha um papel crucial na vida das pessoas, carregando consigo significados que permeiam diferentes aspectos políticos e socioculturais nas sociedades. O impacto da música em um indivíduo é moldado pelo contexto cultural em que ele está inserido. Dessa maneira, a música transcende diversas esferas sociais, abrangendo domínios como os religiosos, culturais, educacionais, políticos, entre outros. Aprofundar a análise dessas interações nos permite compreender melhor a influência e a relevância da música em nossa sociedade.

Como exemplo, no campo da saúde, a música tem sido aplicada em várias terapias psiquiátricas, no tratamento de transtornos neurológicos, em intervenções fonoaudiológicas, além de desempenhar um papel valoroso na redução do estresse, entre outros benefícios. De acordo com Bezerra (2019, p.17), a música desempenha um papel fundamental no auxílio ao desenvolvimento mental, psicomotor e social. Além disso, a música pode servir como um meio de conexão entre pessoas com características pessoais diversas, unindo-as por meio do compartilhamento de preferências estético-musicais.

Ademais, a música pode atuar como um catalisador de multidões unidas por causas comuns, sendo frequentemente observado em contextos políticos. Além disso, a música desempenha um papel significativo em manifestações culturais, contribuindo para a preservação da identidade cultural de um povo. Nesse sentido, Aquino afirma que a música é percebida:

[...] como dotada de uma política, como instrumento potencial de transformação do homem e da sociedade, na medida em que, com as demais formas de artes, ela contribui para elaboração de um saber crítico, conscientizador, propulsor da ação social, assim como para um aperfeiçoamento ético individual (Freire, 1992 *apud* Aquino, 2007 p.72).

Dessa forma, torna-se evidente que a música desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, especialmente considerando as diversas possibilidades de crescimento durante o período da infância. A música é uma linguagem e conhecimento historicamente produzido, se defendemos a formação de homens e mulheres de maneira integral, ela precisa estar presente na formação humana desde os primórdios formativos.

A infância é uma fase da vida que se estende desde o nascimento até o início da adolescência. Apesar dos elementos biológicos incontestáveis, a concepção de infância é uma construção social e cultural, ou seja, existem diversas formas de compreender a infância, influenciadas pelos contextos nos quais ela se insere.

[...] Desde que o historiador francês Philippe Ariès publicou, nos anos de 1970, seus estudos sobre a história social da criança e da família, analisando o surgimento da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre infância são constituídas social e historicamente. A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade [...] (Kramer, 2007, p.14, *apud* Chaves, 2014, p.03).

Contrariamente a essa concepção, conforme argumentado por Heywood (2004), a infância é moldada por diversas perspectivas, períodos e contextos sociais, sustentando que cada indivíduo possui uma visão única e individualizada da infância. Adicionalmente, Heywood apresenta autores que discordam da ideia de infância defendida por Ariès, enfatizando que essa concepção não pode ser plenamente compreendida apenas por meio de pesquisas como a iconografia, que se dedica ao estudo de fotos e pinturas. Isso ocorre porque as pinturas analisadas por Ariès frequentemente refletem mais o contexto artístico e a classe social das crianças representadas do que o próprio conceito de infância.

Após todos esses estudos sobre a infância, a criança passou a ser percebida como um ser com necessidades e tratamentos específicos e diferenciados, tratamentos esse que mais vai se aproximar com o que conhecemos hoje. No contexto pedagógico, em resposta à industrialização e à necessidade das classes trabalhadoras por locais para deixar seus filhos, surgiram as creches. No entanto, essas instituições não eram inicialmente consideradas um direito garantido para as crianças, mas sim destinadas a suprir as necessidades dessa classe social. Por outro lado, para os filhos das classes mais abastadas, surgiu a pré-escola, que já possuía um caráter pedagógico. Essas considerações ressaltam as origens e as disparidades na oferta de educação infantil.

As instituições de educação infantil têm origens totalmente distintas da escola obrigatória, pública, laica e gratuita para todas as crianças de 7 anos. Como se sabe, as primeiras creches nasceram para atender aos interesses da elite que pretendeu educar as crianças das

camadas populares, já que suas mães trabalhavam e não eram suas educadoras. Essas instituições surgem como substitutas das relações domésticas maternas: são religiosas, filantrópicas e, em tempos de predominância higienista, surgem patologizando a pobreza e criando o cidadão de segunda classe, inserido no sistema. Portanto, nesse âmbito, criança era sinônimo de pobreza (Faria, 2005, p.1021).

Segundo Chaves (2010), os marcos históricos e políticos mais significativos da educação infantil no Brasil ganharam destaque nacional por meio da criação de instituições e leis dedicadas às crianças. As primeiras creches surgiram para atender às necessidades assistenciais das famílias pobres, especialmente aquelas com mães que trabalhavam em fábricas. Por outro lado, os jardins de infância eram direcionados às crianças de famílias mais abastadas. Em relação à abordagem educacional, a partir da década de 1990, foram estabelecidos documentos que defendem a visão de que a educação infantil não se limita apenas ao cuidado, mas engloba cuidado, educação e brincadeira.

Na década de 80, no Brasil, foram promulgadas algumas leis relacionadas à infância, sendo a Constituição de 1988 um destaque reconhecido como a "Constituição Cidadã". Sua relevância para a infância inclui a inclusão da educação infantil como uma etapa constitucionalmente reconhecida, inserida no capítulo dedicado à educação. Esse marco foi particularmente significativo para as creches, pois existia a possibilidade de categorização dessa etapa no capítulo da Assistência Social. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) estabeleceu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Logo após, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) definiu as competências e habilidades a serem estimuladas nessa etapa educacional. Dessa forma, observamos avanços significativos em direção a uma educação infantil mais sistematizada. O Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil (1998), conhecido como RCNEI, representa o primeiro documento brasileiro que aborda práticas educacionais, servindo como guia para professores e professoras que atuam em creches e pré-escolas. Por outro lado, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (DCNEIs), de 2009, diferentemente do RCNEI, têm um caráter mandatório. Este documento destaca as características e necessidades das crianças, enfatizando que a criança é o ponto central do planejamento curricular. Neste sentido este documento (DCNEIs), de 2009 descreve-nos o conceito de criança sendo.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009, p.12).

Em relação a música na educação infantil este mesmo documento a educação infantil se fundamenta em um tripé educacional composto por cuidar, educar e brincar. Essa fase é a primeira etapa da educação básica e se divide em creches, destinadas a crianças de 0 a 3 anos, e pré-escola, para faixa etária de 4 a 5 anos. A prática pedagógica na educação infantil prioriza a aprendizagem e o desenvolvimento por meio de interações e brincadeiras, proporcionando um ambiente propício para o crescimento das crianças.

Na educação infantil é fundamental a integração dos tempos de cuidar, educar e brincar. O planejamento coletivo sobre o uso do espaço físico da creche por professoras e gestoras, facilita a integração entre cuidar/educar e brincar em todos os tempos de permanência da criança na creche (Brasil, 2012 apud Chaves, 2014, p.15.).

Quando abordamos a música no contexto da Educação Infantil, alguns documentos oficiais delineiam diretrizes específicas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), por exemplo, destaca que no campo de experiência do corpo, gesto e movimento, a criança explora o mundo e a cultura ao seu redor por meio de diferentes linguagens, como música, dança, teatro, brincadeiras e faz de conta (Brasil, 2017, p.40). No mesmo documento, no campo de experiência traços, sons e formas, enfatiza-se a importância de proporcionar à criança experiências e vivências em diversas formas de expressão e linguagens, como as artes (Brasil, 2017, p.43).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998, p. 43) destaca que a educação nesse período deve propiciar o conhecimento de mundo, promovendo uma formação pessoal e social por meio de eixos de trabalho que incluem identidade, autonomia, movimento, artes visuais e música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e Matemática. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIS, 2009, p. 25) propõem que a educação infantil deva abranger eixos que orientem as interações e experiências, proporcionando às crianças vivências em diversas linguagens e gêneros, expressando-se de maneira gestual, verbal, plástica, dramática e musical.

Nas Diretrizes Curriculares do Estado de Goiás (DC-GO, 2018, p. 80), que guarda semelhança com o conteúdo correspondente da BNCC (2017), destaca-se que a educação deve proporcionar à criança a imersão em diferentes linguagens, gêneros e formas de expressão por meio dos campos de experiências. Esses documentos, que orientam essa fase da educação, destacam a música como parte essencial dos processos de formação da criança e dos processos pedagógicos.

A presença marcante da música na Educação Infantil, especialmente nas creches e pré-escolas, é uma prática comum entre os pedagogos. Canções infantis são amplamente utilizadas nessas instituições educacionais, integrando-se às rotinas pedagógicas e brincadeiras. Essas canções, caracterizadas por rimas e estruturas rítmicas, melódicas e harmônicas envolventes, são particularmente atraentes para esse público. A repetição presente nessas músicas desempenha um papel fundamental no processo de aprendizado das crianças, contribuindo para a presença significativa da música na Educação Infantil.

Na Educação Infantil, a linguagem musical se manifesta de diversas maneiras, incluindo brincadeiras de roda, cantigas e músicas integradas aos momentos das rotinas pedagógicas. A música desempenha um papel importante ao estimular as crianças na realização das atividades propostas, tornando o processo de ensino-aprendizado mais prazeroso. É relevante notar que, na Educação Infantil, o objetivo não é formar músicos, mas sim utilizar a música como ferramenta para auxiliar no desenvolvimento de atividades gerais propostas pelos pedagogos, seja com finalidades intrínsecas ou extrínsecas à linguagem musical em si.

No entanto, quando pensamos as artes de uma forma geral e em específico a música, estas deveriam ter um papel protagonista na educação básica tão prioritária quanto às demais competências e habilidades a serem desenvolvidas na Educação Infantil, desta forma Aquino (2007 p, 54) afirma que “a arte é, pois, percebida enquanto campo de conhecimento necessário para a formação do Pedagogo ao lado de disciplinas tradicionalmente reconhecidas em importância”.

A música na infância desempenha um importante papel no desenvolvimento de diversas habilidades, incluindo funções psicológicas superiores como memória, consciência, percepção e emoção. Além disso, ela desempenha um papel relevante no desenvolvimento das habilidades sociais das crianças. Em interações diversas, a música contribui para a complexa dinâmica das relações interpessoais, promovendo habilidades essenciais para um desenvolvimento humano saudável. Dessa forma, a

música se revela como um elemento fundamental na vida das pessoas desde os primeiros anos, tornando-se essencial e significativa para sua formação global. Ao estar em contato com a música na infância, a criança se prepara para interpretar, refletir e criticar a sociedade em que está inserida, tornando a formação artístico-musical uma parte necessária da formação básica do sujeito.

Certamente, é valioso reconhecer a importância da música no desenvolvimento e aprendizagem de habilidades cruciais, como a criatividade, socialização e comunicação. Além disso, a música pode ser compreendida como um caminho que auxilia no desenvolvimento do senso crítico do sujeito, contribuindo para uma formação integral e enriquecedora.

Desta forma, quando se trata das instituições de ensino, principalmente na educação básica, existe a necessidade de pontuarmos reflexões, pesquisas e ideias sobre os reais propósitos e objetivos da presença da música e seus processos formativos para o público infantil. Se a música carrega consigo histórias, significados, identidades, intencionalidades, vivências e experiências, como trazer tais elementos para a formação musical da criança, de forma potente e significativa?

CAPÍTULO 3- A FORMAÇÃO MUSICAL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA-ATUAÇÃO

Entende-se que a música se encontra na vida do sujeito desde dos primeiros anos de vida e que ela é de extrema importância para o desenvolvimento do ser, sendo que este amadurecimento se constrói de maneira mais significativa durante a infância. E é na educação infantil, primeira etapa da educação básica, onde a música é largamente utilizada em diversos contextos e com várias finalidades. Sendo a música tão importante para o desenvolvimento social, político, cultural, afetivo, cognitivo etc. de uma pessoa, ela é realmente utilizada de maneira significativa e contextualizada nessa etapa da educação básica? O pedagogo, quando a utiliza, sabe quais os reais objetivos e potenciais dos elementos artísticos utilizados? De que forma os cursos superiores de pedagogia colocam a formação artístico-musical nos seus processos formativos?

Quando consideramos a formação superior, os cursos de licenciatura em Pedagogia têm como objetivo principal capacitar pedagogos para atuar nas etapas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O pedagogo deve abranger todas as disciplinas propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que estabelece as disciplinas a serem contempladas para essa etapa da educação, incluindo Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Arte, Ensino Religioso, Língua Inglesa e Educação Física (Brasil, 2018).

Nesse contexto, o pedagogo, a sua prática docente é voltada e centrada na infância, onde se faz necessário dominar diversas áreas do conhecimento. Pode-se estabelecer um paralelo em relação à atuação do professor polivalente no ensino das artes, semelhante aos cursos de formação em Educação Artística. Ambos enfrentam o desafio de dominar diferentes áreas de conhecimento.

Diante dos benefícios advindos da incorporação da música na prática pedagógica, é evidente a necessidade de uma formação básica em música e uma experiência significativa na área de ensino de artes/música para os pedagogos. A ausência ou deficiência de uma formação musical básica por parte do pedagogo pode acarretar sérias repercussões em sua prática docente musical.

Sendo assim, são inegáveis as diferentes atuações da musicalização na educação infantil, corroborando com os processos pedagógicos

para aprendizagem. Aclara-se ainda que música na escola é um elemento de amplitude das multifuncionalidades infantis e deve ser aplicada por profissionais que dominem a técnica, pois a ausência de base teórica desencadeia práticas rasas e superficiais (Rocha; Marques, 2021, p14).

Nesse contexto, a atuação do pedagogo pode se limitar caso sua formação na linguagem musical não seja sólida e significativa. Isso implica que nos cursos de formação de pedagogos, as artes, especialmente a música, deveriam constituir um dos pilares formativos, com vistas à sua prática profissional. A música, quando oferecida com intencionalidade e de maneira contextualizada, amplia e solidifica suas potencialidades. Quando o profissional não possui uma formação básica na área de música, pode utilizar essa linguagem de maneira equivocada, podendo até prejudicar o desenvolvimento pedagógico. Nesta perspectiva

O grande problema é como esses profissionais têm enxergado a música e as demais manifestações artísticas em suas contribuições no âmbito de atuação em sala de aula, pois o que ainda está explicitamente arraigado em prática educacional é uma inserção da música de forma descontextualizada e sem planejamento. (Rocha; Marques, 2021, p.09).

Assim, tendo em vista a larga utilização da música nos espaços formais de educação infantil, é indispensável que exista nos cursos de formação de pedagogos, caminhos formativos nessa linguagem artística. É importante destacar que, segundo Aquino (2007), a realidade é que o profissional responsável por apresentar a música nas instituições de ensino são os pedagogos. Se são os pedagogos os encarregados desta tarefa tão fundamental, sua formação é condizente com as reais necessidades e objetivos desta linguagem artística? São poucas as instituições que a música se torna uma disciplina que faz parte do currículo que se preocupa com as técnicas e metodologias que devem ser utilizadas. Aqui vale uma ressalva: não estamos afirmando que os pedagogos devam ser especialistas na área musical. Contudo, o investimento em sua formação musical deve estar em proporção semelhante aos seus objetivos e mesmo à sua prática profissional. Nesse sentido, Heter e Camargo (2020) comentam que não é necessário que o pedagogo seja um especialista em música, mas sim um profissional com o desejo de promover uma educação que permita o desenvolvimento pleno do sujeito e busque melhorias para sua prática dentro das instituições de ensino, seja na educação infantil ou no ensino fundamental. Portanto, a importância de uma capacitação permanente se destaca.

É necessário destacar que os cursos superiores precisam ser ofertados por instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, conforme determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96. A LDB também define e organiza as diretrizes para o bom funcionamento do ensino superior, estabelecendo a estrutura curricular, carga horária, avaliação e o processo de certificação dos discentes. Além disso, o Conselho Nacional de Educação estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (CNE/CP, 2006), que trata das disciplinas a serem incluídas na grade curricular do curso de graduação, destacando a importância de disciplinas voltadas para o ensino das artes. No entanto, esses documentos não detalham com clareza como o ensino das artes deve ser disponibilizado nos cursos de formação de pedagogos, ficando a critério de cada gestão institucional decidir se irá ou não oferecer disciplinas relacionadas ao ensino das artes.

Nos cursos superiores de pedagogia, historicamente, as disciplinas ligadas à área de arte muitas vezes não recebem a mesma relevância que outras disciplinas na grade curricular dos cursos de formação de pedagogos, não seria um reflexo da falta de ênfase voltadas às disciplinas de artes, na educação básica? Essa situação pode suscitar também uma reflexão sobre o modelo neoliberal predominante em nossa sociedade, modelo este que baseia-se na privatização de empresas estatais e na diminuição do papel do Estado na economia, o que muitas vezes reflete nas instituições de ensino. Nesse contexto, a ênfase educacional tende a ser prioritariamente no desenvolvimento de habilidades e técnicas para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma formação mais humanística, crítica e reflexiva. Neste sentido Aquino, (2007, p. 87) afirma que

A Arte parece concebida como área do conhecimento supérflua, até mesmo desnecessária, diferentemente de outras ciências humanas previstas na formação do pedagogo como a psicologia, sociologia, filosofia, cujo status é inegável (Aquino, 2007, p.87).

No Brasil ainda é insuficiente o número de instituições de formação de pedagogos que tenham em seus cursos uma grade curricular em que a área de formação em arte/música seja uma realidade. E aqueles que possuem, por vezes é apresentada como uma disciplina optativa, ou fundamentos de ensino de artes englobando as quatro linguagens, sendo elas: artes visuais, dança, teatro e música

ou mesmo não sendo ofertada. Aquino (2007) realizou uma pesquisa para compreender quais instituições superiores oferecem as artes em seu currículo como obrigatória. A autora chegou ao resultado de que apenas 63% das instituições pesquisadas oferecem disciplinas específicas da arte, no recorte de cursos localizados no Centro Oeste do país.

O número diminui ainda mais quando observamos as instituições que incluem o termo "campo musical" em seus nomes, representando apenas 3,5%. Em relação aos cursos de formação, Bellochio (2001) argumenta que é necessário reorganizar as diretrizes relacionadas ao ensino superior, deixando claro como o ensino de música deve ser implementado, a fim de que as instituições de ensino superior possam oferecer uma formação inicial mais abrangente.

Um outro ponto a se abordar é em relação a formação continuada. Esta não se restringe apenas à música, mas a qualquer outra disciplina na qual seja necessário aprimorar seus conhecimentos e práticas docentes, por meio de pós-graduação, cursos etc. Bellochio e Garbosa (2014) se posicionam na possibilidade de uma formação inicial e/ou formação continuada para as pessoas formadas no curso de pedagogia. Algumas dessas áreas não são tão exploradas durante o curso, muitas das vezes em decorrência de um vasto conteúdo a ser percorrido em contraste com o pouco tempo de duração do curso.

Portanto, é crucial que o pedagogo adote uma abordagem crítica em relação à sua formação e busque maneiras de superar qualquer lacuna identificada. Nesse sentido, a possibilidade de estudos independentes se torna fundamental. Existem diversos materiais bibliográficos que abordam essa temática. Além disso, a vivência prática em grupos musicais ou aulas específicas de música pode enriquecer significativamente a formação. Aprender a cantar ou tocar um instrumento são experiências que contribuem para o desenvolvimento do pedagogo e impactam positivamente em sua prática profissional. Dessa maneira, a música deixa de ser apenas um suporte pedagógico para outras disciplinas e assume seu lugar de direito como uma linguagem artística com todo seu potencial no ambiente educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença constante e significativa da música em instituições de Educação Infantil é evidente, permeando as atividades cotidianas e brincadeiras. Esse destaque reflete o forte apelo lúdico que a música exerce sobre as crianças. Entretanto, a primeira impressão é que a música é percebida como um meio ou instrumento, com objetivos muitas vezes distantes do aprendizado formal e sistematizado da linguagem musical em si. Poucas vezes se observa uma abordagem que considere a importância da vivência musical com significados intrínsecos ao desenvolvimento integral da criança. Essa realidade comum no cenário educacional brasileiro chamou minha atenção durante meu processo formativo. Mesmo com minha experiência limitada na área musical, pude perceber as vastas potencialidades formativas da música.

Explorar dados e reflexões de estudiosos é fundamental para compreender as diversas realidades da educação básica. Neste trabalho, recorri à dissertação da professora Thaís Lobosque de Aquino (2007), da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, que discute a formação musical de pedagogos nos cursos de pedagogia do Centro-Oeste brasileiro. Essa pesquisa proporciona insights valiosos sobre a abordagem da música na formação desses profissionais, contribuindo para a compreensão de desafios e possíveis melhorias nesse contexto específico.

Entender o contexto histórico do desenvolvimento da educação musical no Brasil é crucial para compreender a situação atual. O levantamento para esta pesquisa aponta que a música na educação esteve historicamente vinculada a instituições de poder, sendo utilizada conforme os interesses dessas instituições. Essa relação complexa entre música e educação reflete não apenas uma evolução ao longo do tempo, mas também a influência de diferentes atores e políticas educacionais. Analisar essa trajetória pode lançar luz sobre desafios e oportunidades para a integração mais efetiva da música na formação pedagógica e prática docente.

É interessante observar como a música no contexto educacional brasileiro muitas vezes reflete as dinâmicas de poder e as disputas políticas ao longo da história. Projetos como o canto orfeônico, por exemplo, que foram implementados em diferentes períodos, também podem ter sido moldados conforme os interesses

políticos dominantes da época. As influências e interrupções na relação entre música e educação, especialmente após a invasão portuguesa, mostram como as mudanças de regime e as disputas de poder podem impactar a continuidade e o desenvolvimento de iniciativas educacionais relacionadas à música. Essa análise histórica é fundamental para compreender os desafios e as oportunidades atuais na integração da música na educação brasileira.

Certamente, a música desempenha papéis multifacetados na sociedade, indo além do contexto educacional formal. Ela é uma expressão cultural rica, que reflete a diversidade, os valores e as tradições de um povo. Além disso, como mencionado, a música tem o poder de transcender barreiras e desempenhar funções terapêuticas e afetivas. No âmbito educacional, mesmo quando utilizada como meio para outros fins, a música contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos, promovendo experiências sensoriais, emocionais e cognitivas significativas. Portanto, reconhecer e valorizar a presença da música na educação é crucial para enriquecer o ambiente de aprendizado e ampliar as perspectivas dos educandos.

É uma reflexão importante. Embora muitos profissionais da educação reconheçam intuitivamente o valor da música na Educação Infantil, nem sempre há uma compreensão clara e aprofundada de seus reais potenciais. A música, quando empregada de maneira intencional e contextualizada, pode oferecer inúmeros benefícios para o desenvolvimento infantil, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores.

Portanto, seria valioso proporcionar aos educadores uma formação mais específica sobre como integrar a música de maneira mais significativa em suas práticas pedagógicas. Isso poderia envolver não apenas o uso de canções populares, mas também estratégias mais elaboradas que exploram diferentes elementos musicais, estimulando a criatividade, a expressão e o desenvolvimento global das crianças. Uma abordagem mais aprofundada da música na formação de pedagogos pode resultar em práticas mais conscientes e impactantes no ambiente educacional da Educação Infantil.

O Pedagogo, profissional responsável pelas primeiras etapas da educação básica, para além de todas as outras áreas do conhecimento, ainda têm que dominar minimamente a música. Por mais que não seja o objetivo do trabalho, fica o questionamento: é pedagogicamente produtivo esse tipo de formação pedagógica atualmente em voga no país? Uma temática para pesquisas posteriores. Partindo

desse prisma, é responsabilidade do pedagogo propor as abordagens e metodologias da música nas etapas iniciais da educação básica. Assim sendo, formalmente falando, é importante que o pedagogo tenha a oportunidade de obter uma formação básica em música em seu curso de formação.

Desta forma, é de responsabilidade, também, dos cursos de pedagogia a oferta formativa dessa linguagem. É esperado que nos cursos em que o futuro profissional da área possa entender a importância de tal linguagem no contexto educacional, além de abordagem e metodologias para o ensino e/ou a utilização em seus processos pedagógicos. No entanto, essa ainda é uma realidade distante. Como vimos no trabalho de Aquino (2007) ainda temos uma baixa porcentagem dos cursos que ofertam música em sua grade curricular. O que parece contraditório à primeira vista, já que esta é largamente utilizada nas instituições de educação. Contudo, isso logo fica claro quando percebemos que a música, em determinados contextos sociais e políticos, é vista em nossa sociedade.

Em termos gerais, ainda é comum enxergarmos a música predominantemente como um elemento de entretenimento em primeiro plano. O seu valor prático na sociedade muitas vezes não recebe a devida apreciação, especialmente quando comparado com outras áreas do conhecimento. Diversos fatores estão na raiz dessa situação, frequentemente associados a interesses de poder. Contudo, é fundamental destacar que o foco desta pesquisa não é explorar esses motivos.

Independentemente das razões subjacentes, é imperativo que o pedagogo esteja atento à sua prática docente e compreenda a verdadeira intencionalidade da música no desenvolvimento pedagógico. Nesse sentido, uma formação musical básica, seja no próprio curso de graduação ou por meio de outras oportunidades formativas, se torna essencial para capacitá-los a explorar plenamente o potencial educativo da música. Essa formação não apenas enriquece a compreensão do educador sobre as capacidades da música na educação, mas também o capacita a desempenhar um papel ativo na promoção do verdadeiro valor da música no desenvolvimento integral das crianças.

Acredito que esta pesquisa tenha sua relevância para a construção do saber relacionada a essa temática e também para futuros pedagogos, professores, profissionais da educação etc. Contudo, também está claro que esta é uma pesquisa inicial e que tem como um de seus objetivos, mais levantar questionamentos e traçar possíveis outros caminhos de investigação, do que trazer respostas prontas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Thaís Lobosque. **A música na formação inicial do pedagogo: embates e contradições em cursos regulares de pedagogia da região Centro-Oeste**, 2007, Goiânia, 122p.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; GARBOSA, Luciane Wilke Freitas (orgs), **Educação Musical e Pedagogia, Pesquisas, Escutas e Ações**, Campinas, SP: Mercado de letras, 2014.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro, **Educação musical olhando e construindo na formação e ação de professores**, Revista da abem, número 6, setembro de 2021, 7 p.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro: Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, 1931.

_____. **Decreto nº 51.215, de 21 de agosto de 1961**. Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País. Brasília: Presidência da República, 1961b.

_____. **Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fica as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1961.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html.

_____. **Lei no 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2016.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**, acesso em 07 de novembro de 2023.

CASTRO, Marco Aurélio Alves de; SIQUEIRA, Alysson. **O ensino da música no Brasil colonial e suas heranças**, 2021, 13p.

CHAVES, Marcia Monteiro: **Concepção de Currículo Na Educação Infantil**, Mato Grosso do Sul, 2014. 22p.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Brasília, 2010 acesso em 4 de novembro de 2023.

HETER, Cátia da Silva, CAMARGO Maria Aparecida Santana, **Música como Formação Permanente para Professores**, In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica: 2020 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**/ Colin Heywood; trad. Roberto Cataldo Costa, Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOLLER, Marcos. **A música na atuação dos jesuítas na américa portuguesa**. IN CONGRESSO ANPPOM, 2005, Rio de Janeiro anais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Brasília: CNE, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf acesso em 15 de novembro de 2023.

TAVARES, Thiago. **A retórica e a educação musical no brasil colônia**. 2013, 7 p.

ZANINI, Claudia Regina de Oliveira; Camargo, Robson Corrêa (org), **Música na contemporaneidade: ações e reflexões**, editora Puc Goiás, 2015.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 09/02/2024 14:04:15.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/02/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 543206
Código de Autenticação: f5631e6f5a

